

**ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE
MUZAMBINHO**

Curso Superior de Tecnólogo em Cafeicultura

LUCI APARECIDA DA SILVA PEREIRA

Breve histórico da influência da cafeicultura na vida social, econômica e política do Brasil, em seus primórdios até meados da década de 30.

Muzambinho

2008

LUCI APARECIDA DA SILVA PEREIRA

Breve histórico da influência da cafeicultura na vida social, econômica e política do Brasil, em seus primórdios até meados da década de 30.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Cafeicultura, da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Cafeicultura.

Orientador Professor Marcos Roberto Cândido

Muzambinho

2008

COMISSÃO EXAMINADORA

Muzambinho, 01 de Junho de 2008.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus dois filhos Filipe e Isabela, e a meu esposo Vítor, que sempre colaboraram em tudo que precisei durante este curso. Aos amigos de faculdade que foram companheiros, dentro e fora da sala e que continuarão fazendo parte de minha história. Ao orientador professor Marcos Roberto Candido, por ter aceitado o convite e por ter transmitido seu conhecimento, auxiliando-me na execução desta monografia.

Há muitas razões para duvidar
e uma só razão para crer.

Drummond de Andrade

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA	10
3. OBJETIVOS	11
3.1 OBJETIVO GERAL	11
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
4. REVISÃO DE LITERATURA	12
4.1 DOS PRIMÓRDIOS DO CAFÉ À SUA EXPANSÃO PELO BRASIL	12
4.1.1 Dos primórdios do café	12
4.1.2 O café e as religiões	12
4.1.3 A propagação do produto e sua chegada ao Brasil	13
4.1.4 O difícil caminhar do café no Brasil	14
4.1.5 A paixão pelo lucro e os benefícios do produto	15
4.1.6 O surgimento dos Barões e Coronéis e sua influência na política	15
4.2 A EXPANSÃO DAS LAVOURAS CAFEIEIRAS PELO BRASIL	18
4.2.1 A expansão regional do café	18
4.2.2 A questão da mão-de-obra e a imigração	20
4.2.3 O café em Minas Gerais	22
4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO CAFÉ NA ECONOMIA E NO PODER POLÍTICO NACIONAL	24
4.3.1 Brasil Colônia e o Império	24
4.3.2 Brasil na República Velha	26
4.3.3 O início da Era Vargas	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

PEREIRA, Luci Aparecida da Silva. **Breve histórico da influência da cafeicultura na vida social, econômica e política do Brasil, em seus primórdios até meados da década de 30**. 2008,35p. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho – Muzambinho- 2008.

RESUMO

O presente trabalho mostra a história da cafeicultura ao longo dos anos, desde seu início até a data limite por volta da década de 30. A princípio, explana sobre registros do consumo do café desde seus primórdios e sua posterior expansão ao longo da história, no Brasil e também no mundo. Após a expansão por todo o território brasileiro surge, simultaneamente, o envolvimento político e econômico, no qual o café foi sempre o centro das atenções e cuidados do Governo. Nota-se que esse interesse do Governo nada mais era do que interesses políticos para a manutenção do poder instituído, sustentado por seus aliados, e para garantir apoio dos fazendeiros. A influência que a cafeicultura inseriu na vida social, econômica e política do Brasil atravessou os anos e pode ser observada ainda hoje.

Palavras-chave: cafeicultura, economia e política.

PEREIRA, Luci Aparecida da Silva. **Historical abbreviation about the coffee growing influence in Brazilian's social life, economical and politics, since the origins until middles of the 1930 decade.** 2008,35p. Work of Conclusion of Course, Muzambinho's Agro-technical Federal School- Muzambinho - 2008

ABSTRACT

The present work shows the coffee growing history along the years, since its beginning to the date limit of 1930. At first, it explains on registrations about the coffee consumption from their origins and its subsequent expansion along the history, in Brazil and also around the world. After the expansion for the whole Brazilian territory appears, simultaneously, the political and economical involvement, in which coffee was always the center of all attentions and cares from the Government. It is noticed that the Government's interest was nothing else than a political interest to maintain the instituted power, sustained by their allied, and to guarantee the farmers' support. The influence that the coffee growing inserted in Brazilian's social life, economical and political beyond the time and it can still be observed today.

Key-words: coffee growing, economy and politics.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de Conclusão de Curso que se reveste de intenções a um só tempo modestas e elevadas. Modestas por se tratar de uma abordagem sobre a cafeicultura no Brasil, com uma rápida explanação sobre a história do café na humanidade e sua entrada no país, bem como sua influência na política econômica e nos costumes sociais da época em questão. E elevadas no que diz respeito aos objetivos que animaram a realização desta pesquisa tendo como finalidade oferecer à literatura um trabalho onde se encontram reunidos aspectos importantes do início da cafeicultura no Brasil.

A pesquisa foi realizada em função de compilar dados em uma única publicação a cerca deste período da história do café que atravessa o império, tem grande crescimento na República Velha e a grande crise nas vésperas da Era Vargas.

Para tanto, o trabalho foi dividido em três partes. Na primeira parte contextualizar-se-á uma breve história sobre a origem do café até sua chegada ao Brasil, curiosidades a cerca do café, a rejeição e a desconfiança por ele inspiradas.

Na segunda parte abordar-se-á o processo de expansão de lavouras por vários estados brasileiros, onde em muito curto espaço de tempo, simples lavradores, chamados de “pés-no-chão” eram declarados Barões do Café.

E finalmente, na terceira parte se explanará sobre o desenvolvimento econômico da cafeicultura, as dificuldades surgidas com o fim da escravidão e a recepção dos imigrantes e a influência do Governo nas questões do café.

Para a realização deste trabalho a produção bibliográfica foi de suma importância, uma vez que somente dispondo destes recursos foi possível sua realização. Esta pesquisa revela o começo da estrutura econômica cafeeira, justificada pelo modelo agro exportador dependente.

2. JUSTIFICATIVA

Muitos são os trabalhos sobre a cafeicultura no Brasil no âmbito histórico onde se tem o envolvimento político na economia, porém não se encontra publicações sobre a cafeicultura brasileira que reúnam os três aspectos abordados nesta pesquisa, o que torna este trabalho interessante, pois pretende-se disponibilizar em um único trabalho vários aspectos da cafeicultura no período específico em que foi delimitada a pesquisa.

O intento desta pesquisa é o de reunir fatos de uma época de muita importância na história da cafeicultura no Brasil, onde se descreve o nascimento da cafeicultura até a primeira grande crise.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compilar dados sobre a história da cafeicultura que influenciou social, política e economicamente a vida dos brasileiros desde a introdução das primeiras mudas até a primeira crise, por volta dos anos 30.

3.2 Objetivos específicos

- Trazer à discussão a importância do café na economia brasileira.
- Ressaltar as consequências das intervenções políticas no fim do século XIX e início do século XX e os resquícios dessa política até os dias de hoje.
- Discutir momentos esquecidos da história brasileira onde a cafeicultura se insere de forma irrefutável.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 DOS PRIMÓRDIOS DO CAFÉ À SUA EXPANSÃO PELO BRASIL

4.1.1 Dos primórdios do café

O café já é conhecido na humanidade há mais de cinco mil anos e sua história já foi contada em várias línguas e por todas as nações. Relatos mostram que o café era usado em várias localidades e não somente onde conhecemos como o berço do café, a Etiópia. O nome *coffea arábica* e as outras referências àquele país árabe não condiz com a história contada sobre a origem do café, uma vez que o local mais certo reconhecido é a região Africana, segundo Galeti (2004).

Segundo Galeti (2004), o primeiro documento que se tem sobre o café é um manuscrito árabe escrito por Abd Alkader, composto em sete volumes, do qual se tem apenas duas cópias, estando uma na Biblioteca Nacional de Paris e a outra na Biblioteca do Escurial em Madri e consta que foi escrito em torno de 1558. O autor cita também a respeito de lavouras já cultivadas no século VI da era Cristã. Mas sua expansão pelo mundo só se deu por volta dos séculos XV e XVI.

Segundo Vasconcelos (2003), o café na sua gênese, na Etiópia era consumido após uma infusão da polpa como desalterante depois de longas caminhadas. Também na Etiópia faziam um bolo do pó amassado com manteiga. Quando ingerido como bebida, serviam também o pó que ficava depositado no fundo da xícara.

Entre os vários nomes dados ao café, conforme Vasconcelos (2003), era comum ser chamado também de árvores dos rubis, cereja etíope, vinho do Islã, fava balsâmica, regalo do Oriente, Caheu da Arábia, jasmim delicioso, jasmim da Arábia.

4.1.2 O café e as religiões

Na religião mulçumana não era permitido aos seguidores tomarem vinho, então a bebida permitida era o café, explica Vasconcelos (2003), e que era nomeado de licor negro. Mas alguns líderes mulçumanos confundiram a bebida achando que era algum tipo de vinho, sendo assim proibiu seu consumo mandando fechar estabelecimentos que porventura vendessem a bebida. E deste modo o café passou a ser perseguido como o “Inimigo do Profeta”. Porém um poderoso Sultão desautorizou o Chefe Mulçumano, permitindo o consumo do café a todos os seguidores de Maomé.

No Catolicismo deu-se quase o mesmo impasse, certos clérigos condenavam o café intitulando-a como a Bebida do Diabo. Então um determinado Bispo que gostava muito de beber café declarou-o como a Bebida dos Deuses, pondo fim assim em mais uma proibição sobre a famosa bebida chamada café. (VASCONCELOS, 2003).

4.1.3 A propagação do produto e sua chegada ao Brasil

De acordo com Galeti (2004), o café saindo da Abissínia (onde hoje é a Etiópia-África), chegou à Arábia pelo Mar Vermelho e daí disseminou-se pelo mundo dentro de navios europeus. Por terra passou pelo Egito e a Turquia, chegando à Meca e Medina que ainda hoje é local onde todos do mundo se encontram em peregrinação. Era proibido aos estrangeiros se aproximarem das lavouras e apesar dessa constante vigilância o café foi definitivamente dispersado por todos os cantos da terra levado pelos peregrinos. Essa dispersão foi clandestina, pois na Arábia era cuidadosamente guardado, não se permitia que saíssem sementes com condições de germinação, (GALETI, 2002).

No entanto a Holanda foi o primeiro país a conseguir as primeiras mudas que foram a princípio plantadas no Jardim Botânico de Amsterdã, sua capital. Por volta de 1699, os Holandeses já cultivavam o café com sucesso e obtenção de lucro em Java.

A saída de mudas do domínio Holandês e conseqüente disseminação pela Europa ficaram por conta do burgomestre de Amsterdã. Este presenteou a França com mudas que deram início a plantações nas ilhas de Sandwich e Bourbon. No início do século XVIII o café já existia em toda a Europa.

O café foi trago para a Guiana Holandesa no Suriname e depois foi levado para a Guiana Francesa de onde entrou no Brasil. Foi quando então as primeiras mudas e algumas

sementes entraram no Brasil em 1727, pelas mãos de Francisco de Mello Palheta, segundo Melo Franco (1988), apesar da severa vigilância das autoridades daquela colônia. Foram plantadas inicialmente no Pará, logo se propagou pelas Capitanias vizinhas. No Maranhão, o plantio se efetuou possivelmente à mesma época.

Na segunda metade do século XVIII, ainda segundo Melo Franco (1988), o holandês Hoppmans e o desembargador João Alberto Castelo Branco iniciavam o plantio na cidade do Rio de Janeiro com mudas vindas do Maranhão. Cultivavam a princípio em quintais e chácaras da zona urbana, e espalhou-se rapidamente pelos arredores.

4.1.4 O difícil caminhar do café no Brasil

Era costume da época era tomar chá de congonhas, uma planta que se colhia nos pastos e com isso a aceitação da nova bebida era revestida de muito preconceito. Muitos acreditavam que o café poderia tornar o homem estéril e até mesmo impotente sexualmente. E por aí seguia toda a linha de preconceitos sobre a desconhecida bebida, (VASCONCELOS, 2003).

Apesar de todo o preconceito, em pouco tempo a sedução causada pelo preço da arroba de café fazia com que novas áreas fossem abertas para implantação de novas lavouras, uma vez que esgotadas as reservas nutricionais do solo, era urgente a necessidade de novas e férteis áreas. E essa corrida por novas terras levou a se falar já naquela época que as lavouras de café ocupariam o local de outras culturas, explica Vasconcelos (2003).

Porém, assim que se colheram as primeiras sacas, produzidas por Hoppmans, os capiaus que até então não davam importância à novidade ou por não acreditar no lucro ou por cultivar várias crenças, foram tomados por uma excitação tal que todos queriam se tornar plantadores do arbusto tão famoso e agora valioso a seus olhos, (VASCONCELOS, 2003).

E enquanto os incrédulos que não plantavam o café teciam seus folclores, os que plantavam viam sua planta de café crescer sem viço, sufocada pela grama amarga ou pela erva de passarinho e mesmo assim conseguiram colher alguma quantidade que lhes renderam um lucro não esperado. E somente isso bastou para despertar a atenção daqueles que não queriam plantar.

4.1.5 A paixão pelo lucro e os benefícios do produto

De acordo com Vasconcelos (2003), quando as sacas começaram a alcançar o preço de 3\$000 réis a arroba sendo que o preço corrente de um boi gordo era de 5\$000 réis houve grande mudança de opinião. No entanto o lucro não era ainda grande, os escravos que viviam famintos comiam as bagas maduras o que levavam alguns fazendeiros a tomarem atitudes drásticas como mandar fazer máscaras de ferro que fechavam as cabeças dos negros impedindo-os de causar prejuízos à lavoura.

A produção brasileira cresceu a olhos vistos, conforme dados fornecidos por Galetti (2004), a produção era de 1.239.000 sacas de café e em 1900, apenas 60 anos após, a produção já chegara às 8.924.000 sacas.

4.1.6 O surgimento dos Barões e Coronéis e sua influência na política

Nesse período de ascensão, os fazendeiros que antes só conheciam a corte quando acompanhavam suas tropas serra abaixo, com o prestígio conseguido por ser produtor de café, já podiam deixar suas fazendas para comparecerem à cerimônia do beija-a-mão do Imperador, ocasião na qual ofereciam presentes de alto valor a Sua Majestade. E foi assim que homens simples que passara maior parte de suas vidas no campo adquiriram o direito de comprar honoráveis títulos de Barões e Coronéis. Muitos deles viajavam pela Europa a levar seus filhos para estudar e muitas vezes nem voltavam mais às suas fazendas. Compravam casa na corte e ali se estabeleciam de vez. Quando por acaso retornavam às suas propriedades, muitas vezes nem eram reconhecidos por seus capatazes (VASCONCELOS, 2003). Formava-se aí mais uma elite poderosa no Brasil.

A grande influência exercida pelos fazendeiros do café na política brasileira não era um fato novo na época da expansão cafeeira. Desde o início da monarquia no Brasil, esta já atendia a interesses de fazendeiros escravistas (principalmente do Nordeste), que na época da independência formavam o setor mais rico e influente da elite rural brasileira, explica

Vicentino et al. (2002). Então quando surgiu uma nova facção senhorial que influenciava o Império, os cafeicultores do Vale do Paraíba, o governo brasileiro continuou a atender interesses dos poderosos. Desse período até a proclamação da República esses dois grupos, o do Nordeste e o do Vale do Paraíba, dominavam o cenário político brasileiro tendo seus representantes controlando os principais órgãos político-administrativos da monarquia.

Porém, com as mudanças ocorridas na economia e na sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX, o poder exercido pelos fazendeiros foi enfraquecendo e levando ao declínio o sistema que os representava, a Monarquia. Desde a década de 1870, a economia brasileira passava por rápidas transformações: expansão de ferrovias e de redes bancárias, comércio interno diversificado, fundação de companhias de comércio, de armazéns gerais, de exploração portuária e de navegação. E todas essas transformações devidas direta ou indiretamente ao crescimento da cafeicultura, afirma Vicentino et al. (2002).

E assim, os cafeicultores e fazendeiros de cana-de-açúcar do Nordeste que mesmo dominando a política da época, acabavam por ser submetidos a membros que os representavam, mas que eram apegados a fórmulas e processos ultrapassados e isso acabou por atrapalhar os negócios e os lucros dos que eram exportadores. Por isso, esse grupo exportador liderado pelos cafeicultores do Oeste Paulista não vendo mais nenhuma vantagem em ser aliados da Monarquia por seu conservadorismo e diante da impossibilidade de adaptá-los às novas circunstâncias, começaram a apoiar as idéias republicanas.

E naturalmente quando se deu a proclamação da República, (VICENTINO et al., 2002), deu-se também continuidade ao sistema de se servir aos interesses de fazendeiros que agora já tinham títulos de barões do café e de coronéis, pois a força do Partido Republicano tinha como centro a província de São Paulo.

Porém o relacionamento entre os diversos grupos oligárquicos foi muito difícil. Dentro dos estados havia disputas pelo poder nos âmbitos estadual e federal. Mas as duas oligarquias mais poderosas e que acreditavam possuir o poder federal, a paulista e a mineira, geraram tamanhos conflitos e lutas armadas que quando o Presidente Campos Sales assumiu ele optou por uma solução. Ele criou o mecanismo político conhecido por política dos governadores, que nada mais era do que uma troca de favores: os governos

estaduais apoiariam o presidente e este apoiaria os governos estaduais. Sendo assim, uma vez no poder, era muito difícil sair dele.

Usavam de um sistema de fraude que impossibilitava que a oposição, mesmo que eleita assumisse, pois o governo federal tinha condições de impedir que um candidato eleito tomasse posse. E assim foi por décadas, como exemplo, o governo de Accioly que foi “dono” do Ceará por 35 anos. Como era proibida a reeleição, o poder era passado entre as famílias como se fosse uma herança. Nos estados de São Paulo e Minas Gerais que tinham uma sociedade mais complexa, quem exercia o poder eram os partidos políticos: PRP em São Paulo e PMR em Minas, (VICENTINO et al., 2002).

Tendo criado a política dos governadores, Campos Sales resolvera uma parte das contendas. Mas ainda restava a questão entre os paulistas e os mineiros que queriam o controle da Presidência da República. E isso foi facilmente resolvido com a conhecida política do café-com-leite onde cada presidente era decidido por estes dois estados alternadamente. Entre 1894 e 1930 todos os presidentes foram paulistas ou mineiros, com apenas duas exceções, sendo um alagoano e outro paraibano, obviamente não eram da oposição, (VICENTINO et al., 2002).

4.2 A EXPANSÃO DAS LAVOURAS CAFEEIRAS PELO BRASIL

4.2.1 A expansão regional do café

A expansão se deu por volta de 1840, relata Caldeira (1997), na mesma época em que o Brasil mantinha estabilidade política e econômica. Inicialmente o café produzido era apenas para consumo local. Neste período a Europa consumia muito café que tinha origem nas colônias francesas como o Haiti, nas inglesas como o Ceilão e nas colônias holandesas como Java e a produção brasileira ainda nem era cogitada para a exportação.

Ocorreu uma grande expansão cafeeira de norte a sul do país, abrangendo desde o Pará à Santa Catarina e do litoral até o interior em Goiás. Mas mesmo assim a produção obtida era pouca, pois toda mão-de-obra e o capital disponíveis era para outras culturas como a produção de açúcar, tabaco, algodão e outros, (TEIXEIRA et al., 1989).

No Pará cultivavam-se muitas lavouras, mesmo estando estas em áreas cujas condições não eram das mais adequadas, informa Nadai (1985), também não era lavoura que recebesse muita atenção, pois o fascínio dos brasileiros até então tinha sido a mineração.

Em finais do século XVIII deu-se início a uma cafeicultura mais abrangente no Rio de Janeiro e segundo Teixeira et al (1989), essa expansão pode ser dividida em duas etapas principais que foi a expansão pelas áreas fluminenses e Vale do Paraíba-SP (1830-1870) e a expansão pelo Oeste Paulista.

A expansão propriamente deve-se ao fim do ciclo da mineração, além de outros fatores como a entrada das lavouras no Vale do Rio Paraíba e a ampliação do mercado consumidor. A mineração entrou em declínio por várias causas sendo o esgotamento de jazidas o principal motivo, mas as técnicas usadas na época eram ineficientes e quando o ouro superficial se esgotou não se tinha recursos e nem conhecimentos necessários para dar continuidade à exploração do ouro.

Do Rio de Janeiro o café expandiu-se para o Vale do Paraíba no estado de São Paulo, como relata Prado Júnior (1994). Nessa região além de condições geográficas favoráveis ao cultivo do café também se tinha como vantagem a sua localização próxima ao litoral o que muito facilitava a embarcação nos portos.

O Vale do Paraíba funcionava como uma passagem entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, conforme Nadai (1985), além dessa região o café expandiu-se também pelo Oeste Paulista. Segundo Nadai (1985), as fazendas nessa região eram enormes, como exemplo cita a Fazenda São Martinho localizada em Ribeirão Preto que foi uma das maiores do Brasil, pois chegou a ter três milhões de pés de café, e era conhecida como mares de café.

A partir do litoral do Rio de Janeiro, seguiu a trilha da lavoura de cana-de-açúcar e espalhou-se pelas áreas montanhosas mais próximas, alcançando assim o estado de Minas Gerais, afirma Teixeira et al (1989). A Zona da Mata Mineira, por ser contígua ao Rio de Janeiro também teve grande expansão de lavouras cafeeiras, segundo Oliveira (2005), provavelmente à mesma época que se deu a expansão no Oeste Paulista. No Paraná tem se registros de uma expansão mais elevada apenas no século XX, (TEIXEIRA et al., 1989), como se pode observar a seguir a trilha da expansão das lavouras cafeeiras:

- 1728 - Primeira menção de consumo no Brasil
- 1731 – Exportações de café no Pará
- 1747 – Cafés no Ceará
- 1760 – O Café no Rio de Janeiro
- 1773 – O Café em Alagoas
- 1778 – O Café na Bahia litorânea
- 1779 – Exportações comerciais no Rio de Janeiro
- 1786 - O café em Santa Catarina
- 1787 – O Café em Pernambuco
- 1788 – O Café em Mato Grosso
- 1790 – O Café em São Paulo e Jundiaí
- 1797 – Exportação Porto Santos
- 1797- O Café em Campinas
- 1800- O Café em Minas Gerais

1825- Café no Vale do Paraíba-SP

1801 – O Café no Paraná. Expansão em 1930

1970 – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima

1980 – Acre e Oeste da Bahia

4.2.2 A questão da mão-de-obra e a imigração

A extinção do tráfico africano veio acentuar bruscamente as contradições do regime escravista, pois a escassez de mão-de-obra era fonte de preocupação para os grandes produtores. Nesse período teve início o tráfico interno, trazia-se escravos do Nordeste, que antes pertenciam aos senhores de engenho, agora em franca decadência. E esse procedimento além de não resolver o problema no Sudeste ainda deixava mais crítica a situação do Nordeste, segundo Prado Júnior(1994). Os donos de fazendas cafeeiras que eram os maiores defensores do trabalho escravo, não estavam dispostos a mudar seus métodos de enriquecimento. Então rapidamente iniciaram a busca por escravos para comprá-los a qualquer preço de quem ainda os tinha, de acordo com Caldeira (1997).

Quando o café foi introduzido no Oeste Paulista, (NADAI, 1985), por volta de 1850, o tráfico negreiro já havia diminuído muito e o escravo foi se tornando um trabalhador muito raro e caro. Assim sendo a economia cafeeira viu-se forçada a procurar outro tipo de mão-de-obra. E nesse ínterim, deu-se início a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, porém o que mais acelerou esse processo foi o crescimento da cafeicultura, pois a expansão no Oeste Paulista era definitiva, segundo Vicentino et al. (2002). Na época o governo se mostrava interessado em aumentar a população do país, mas o que mais impulsionou foi a necessidade de mão de obra para as lavouras cafeeiras.

Havia na época três maneiras de se expandir o trabalho assalariado: transformar os ex-escravos em assalariados, aproveitar o trabalho de mestiços livres ou promover a vinda de imigrantes. Nas duas primeiras situações, o preconceito dos fazendeiros se fez evidente pois pagar salário a negros igualando-os ao trabalhador branco não era algo aceitável. O mesmo ocorria em relação aos mestiços. A única solução possível era a vinda de imigrantes, que do ponto de vista da elite tinham a grande vantagem de serem brancos.

Alguns imigrantes vieram espontaneamente, mas a grande maioria vieram através de programas do governo. Segundo Caio Prado (1994), vários fatores atuaram contra a imigração, tais como o clima tropical brasileiro que se mostrava desfavorável ao europeu; a organização social do Brasil não lhes era muito atraente; o regime político, a liberdade civil (excluindo-se os escravos) era inexistente para a maioria da população e também as restrições religiosas aos imigrantes que não eram católicos.

No entanto, quem idealizou o sistema que a princípio parecia ser a solução de todos os problemas foi o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, importante figura política da época. Que entre 1847 e 1857 trouxe por conta própria para o Brasil várias famílias européias. Porém, em poucos anos os problemas surgiram. Os contratos assinados lá na Europa, sempre em proveito do empregador foram causa convincente dos primeiros desentendimentos. O fato de trabalhadores livres conviverem ao lado de escravos eram também motivo de problemas constantes. Outro fato era a índole de certos imigrantes, pois no momento do recrutamento, junto com famílias de bem vinham também os que eram indesejados na sociedade européia. Os principais imigrantes foram os italianos, pois vieram em maior número. Aos poucos as fazendas mudaram seus aspectos, o que antes era senzala agora se transformava em colônias que eram casas construídas ao lado umas das outras, (VICENTINO et l.,2002).

Portanto, a imigração aconteceu basicamente de duas formas. No vale do Paraíba iniciou-se no sistema de parcerias, onde o trabalhador imigrante devia trabalhar para pagar sua passagem. No Oeste Paulista e em outras regiões aconteceram com programas elaborados pelo governo.

As primeiras imigrações foram incentivadas antes da abolição da escravatura, segundo Caldeira (1997), o plano do governo era de atrair imigrantes que trabalhassem ao lado dos negros, porém esse plano não deu resultados. Apenas a província de São Paulo conseguiu montar um esquema de parceria que trouxe um número razoável de imigrantes, na sua maioria alemã. Esses imigrantes tinham como trato trabalhar até saírem as despesas de seu transporte, dívida esta que era descontada do valor que lhes era correspondente depois da safra vendida.

No entanto, houve nesse período, no ano de 1857, uma queda no preço das sacas, e isso gerou grande crise principalmente entre os colonos que se revoltaram. Um desses

colonos publicou um livro onde contava toda miséria e sofrimento por que passavam os colonos nessa ânsia de prosperarem no Brasil, cultivando café. E assim, a Prússia que era a maior fornecedora de mão de obra para as lavouras brasileiras proibiu a imigração e somente vários anos mais tarde foram publicados alguns relatos de que a crise havia passado e que o Brasil era ainda uma terra de futuro, informa Caldeira (1997).

E foi apenas depois de 1870, ainda segundo Caldeira (1997), que se firmou de vez a imigração para o Brasil, sendo que em 1880 cerca de 184 mil imigrantes de várias nacionalidades deram início a uma nova vida em São Paulo.

Finalmente com a abolição da escravatura, os donos de fazenda que ainda mantinham suas lavouras apenas com o trabalho dos negros se viram de repente em abandono, segundo Vasconcelos (2003), houve produtores que abandonaram suas fazendas, pois ficaram horrorizados em ver tudo abandonado e uma vez que não sabiam como agir, vendiam para um vizinho mais prevenido ou iam se enterrando em dívidas até que se via obrigado a entregar suas terras como pagamento.

4.2.3 O café em Minas Gerais

Sobre a história da cafeicultura em Minas Gerais não se tem muitos estudos. As primeiras fazendas cafeeiras do Sul de Minas localizavam-se nos municípios de Aiuruoca, Jacuí e Baependi, segundo Filetto (2001), em fins do século XVIII. Nas outras regiões como o norte e o oeste de Minas as fazendas de café se desenvolveram na segunda metade do século XIX, afirma Grinberg (2004). As fazendas de café das regiões que hoje se encontra, por exemplo, Cabo Verde, Muzambinho, Guaxupé até à cidade de Arceburgo, teve uma influência mais direta na sua expansão devido a sua proximidade com o Oeste Paulista, conforme Oliveira (2005). Porém a principal atividade dessa época no Sul de Minas ainda era a pecuária, ficando a responsabilidade da produção cafeeira para a Zona da Mata, Oliveira (2005).

Em Minas Gerais a entrada e expansão de lavouras cafeeiras tiveram como fator maior de causa o fim da exploração do ouro. Iniciou-se na Zona da mata. Naquela época todos procuravam por terras férteis e baratas para abrir mais fazendas de café. Em alguns casos, eram famílias de agricultores que apenas queriam novas terras. E em outros eram

proprietários de casas comissárias ou de casas bancárias que ingressaram na atividade agrícola por meio do recebimento de propriedades de fazendeiros endividados.

Como as terras eram baratas, alguns imigrantes italianos que a princípio trabalhavam como colonos, após juntarem algum capital e também recorrerem a parentes, compravam terras e se tornavam produtores. Havia também produtores que antes eram tropeiros ou carroceiros e investiram o que conseguiram juntar e também se interessaram em possuir terras.

Os que já estavam por ali e acreditavam no novo ouro, o ouro verde, acordaram da pasmaceira em que viviam até então, a febre de plantar café já os contaminara, Oliveira (2005). Segundo Grinberg (2004), as dificuldades de expansão principalmente no sul de Minas foram devido ao transporte e a comunicação com as demais regiões do estado. Esse problema só foi resolvido com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1890, favorecendo fortemente a expansão.

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO CAFÉ NA ECONOMIA E NO PODER POLÍTICO NACIONAL.

4.3.1 Brasil Colônia e o Império

Com o grande renascimento agrícola da colônia na última parte do século XVIII, conforme Prado Júnior (1994), a cultura cafeeira começou realmente a se desenvolver em grande escala. Este renascimento fez contraste com as regiões mineradoras que se encontrava em declínio acentuado.

O Brasil continuava a ser um país agrícola, não dispunha de capitais e nem de técnicas próprias que pudesse desenvolver novas atividades que o tirasse da grave crise econômica e financeira. Dependia essencialmente dos estímulos do comércio internacional para continuar seu crescimento econômico, desse modo vislumbrou-se a produção de café como a resolução de todos esses problemas e acertaram, pois foi o café que recuperou e sustentou a economia brasileira nos fins do século XIX, (TEIXEIRA et al., 1989).

A planta de café estava disseminada desde o estado do Pará até a região de Santa Catarina, mas apesar dessa larga área geográfica ainda não representava em fins do século XVIII nenhum papel importante na economia brasileira. A cultura cafeeira era destinada apenas ao consumo doméstico nas grandes fazendas e também em propriedades onde se encontrava, mas comercialmente não possuía nenhum valor, segundo Teixeira et al., (1989).

Quando então, no fim do século XVIII é que começa a adquirir importância de mercado, tornando-se um produto de notável exportação, o principal alimento de luxo nos países ocidentais. Porém o Brasil demorou a entrar para lista dos grandes produtores e no início do século XIX ainda ocupa uma posição muito modesta nessa área, de acordo com Prado Júnior (1994).

Os grandes produtores até então eram as Índias Ocidentais que estavam sob domínio da Inglaterra e o comércio internacional do café era controlado em Londres. Em 1786, as

colônias inglesas da América do Norte se tornaram independentes e deu início ao seu grande desenvolvimento, separando-se dos interesses dos Ingleses e dos Europeus em geral.

E o crescimento de uma nova potência deste lado do Atlântico, estimulou a produção brasileira a se desenvolver. As ex-colônias da Inglaterra, usando de toda sua autonomia adquirida com a independência, tornam-se então grandes consumidoras de café. E para se verem livres totalmente da intervenção britânica, voltaram-se para os mais novos produtores, o Brasil, que não tinha nenhum forte vínculo de exportação com a Inglaterra. E assim, o Brasil encontrou nos Estados Unidos um de seus principais mercados. Nos meados do século XIX, os Estados Unidos absorvia mais 50% da produção cafeeira do Brasil.(PRADO JÚNIOR, 1994).

Não existem dados muito seguros das primeiras exportações de cafés brasileiros, porém a tabela a seguir, conforme Prado Júnior (1994), fornece alguns dados que mostram a rapidez com que se desenvolveu entre 1821 a 1890.

DÉCADA	N.º DE SACAS
1821 a 1830	3 178
1831 a 1840	10 430
1841 a 1850	18 367
1851 a 1860	27 339
1861 a 1870	29 103
1871 a 1880	32 509
1881 a 1890	51 631

O clima favorável ao café na região mais ao sul (mais propriamente o sudeste) do Brasil, fez com que essa região logo se desenvolvesse deixando o Norte do país logo em atraso. Não foi só o clima que não favorecia o bom desenvolvimento das lavouras cafeeiras nessa parte do norte do Brasil, a tradição do plantio do algodão e também da cana-de-açúcar também foi um grande embaraço na aceitação dessa nova cultura, que era vista desde o seu início como uma mera extravagância, Prado Júnior (1994).

Foram considerados os maiores centros produtores até 1870 a área fluminense e o Vale do Paraíba. Nesse período a área portuária do Rio de Janeiro era o principal centro financeiro e controlador de atividades econômicas do Império. Porém este título foi muito variável durante toda a história da cafeicultura. De 1870 a 1880 o maior centro produtor de café do Brasil passa a ser o oeste paulista e o porto de Santos passou a ser o principal centro portuário do país. Assim, o crescimento das exportações cafeeiras possibilitou ao Brasil uma reintegração ao comércio externo. Pode-se assim dizer que o café manteve a prosperidade do Brasil suprindo cerca de 70% da necessidade mundial de café (TEIXEIRA et al., 1989).

Pelo lado político e social, deu-se origem à última aristocracia brasileira, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café tornaram-se a mais nova elite social brasileira. E logicamente, em consequência disso o lado político também recaiu nas mãos dessa oligarquia, de acordo com Prado Júnior (1994).

O café deu origem a grandes núcleos (fazendas) e se assemelhava pela sua organização ao engenho de açúcar, e tal como o açúcar devia ser produzido em grande escala para atender o consumo externo. As fazendas de café passaram a ser também o centro da vida social e econômica, embora fosse mais ligada às cidades do que eram os engenhos de açúcar, afirma Prado Júnior (1994). Muitos donos de fazenda cafeeira foram antes mineradores e outros já se dedicavam a algum tipo de lavoura de subsistência. Muitas dessas fazendas consistiam em verdadeiros castelos, tamanho era o luxo permitido pelo que se lucrava com a cafeicultura.

Com a extinção do tráfico negreiro em uma sociedade que apenas aceitava; e com alguma reserva; como trabalho livre a atividade comercial, não significou grandes mudanças nas crenças sociais de que a riqueza era fruto sempre de esperteza e não de dedicação ao trabalho. O fato das pessoas com menores qualificações sociais, conforme a visão da elite, poder ter acesso a prestígio e fortuna na nova realidade que se apresenta é visto como algo muito perigoso, de acordo com Caldeira (1997).

4.3.2 Brasil na República Velha

Após a proclamação da República no período de 1889 até por volta de 1930, denominada de República Velha a característica fundamental foi o absoluto predomínio das oligarquias agrárias, segundo Vicentino et al. (2002), que vem a ser a união de grandes fazendeiros que exerciam enorme influência sobre a política brasileira, em todas as esferas governamentais.

A oligarquia mais rica, poderosa e organizada era composta por cafeicultores. Antes da implantação da República quem ditava a política brasileira eram os oligarcas nordestinos, após a proclamação, esse poder continuou nas mãos de fazendeiros, porém transferiu-se para o oeste paulista e para Minas Gerais, região que formavam o setor mais moderno e dinâmico da elite rural brasileira, relata Vicentino et al. (2002).

Os cafeicultores que na época do Império possuíam algum domínio no poder juntamente com outras facções, agora queriam assumir sozinhos os controles do poder político. A classe média e a burguesia urbana que antes nem se importavam com a política, também queriam sua parte em domínio do sistema político. E assim deu-se a luta de classes pelo poder, gerando a chamada Crise da República, que teve duração entre 1889 a 1894. Os cafeicultores defendendo uma política totalmente voltada para a agricultura de exportação e a burguesia e classe média lutando pelo mercado interno, com as indústrias, serviços e comércio. No entanto, conforme Vicentino et al. (2002), o poder do lado dos defensores da agricultura foi mais forte, e em 1894, Prudente de Moraes assume o poder. Político paulista e íntimo dos cafeicultores cuja posse significou a vitória da oligarquia rural. Ele defendia então um sistema de governo totalmente voltado para a agricultura.

Durante todo o período da República Velha a economia do Brasil tinha como suporte os produtos agrícolas, sendo o café o mais imponente entre eles, pois era responsável por mais da metade das exportações brasileiras dessa época, Vicentino et al., (2002). No entanto, nesse mesmo período houve grande crescimento do comércio, da indústria, do transporte, da construção civil, da geração de energia. O crescimento de tais atividades era lento, porém constante, e com isso o crescimento dos grupos sociais ligados a elas tiveram grande influência na modernização econômica e social do Brasil.

Porém, esse fato pouco influenciou na atividade agrária que continuava soberana em exportações. O comércio tinha grande dependência da cafeicultura, pois foi devido a ela que o comércio se desenvolveu. Para se ter uma idéia, se a cafeicultura entrasse em crise, a

maioria dos estabelecimentos comerciais iria à falência porque seus clientes mais expressivos eram os cafeicultores e seus empregados, (VICENTINO et al., 2002).

A força do café sustentava a República, afirma Teixeira et al. (1989), concordando com Vicentino et al. (2002), que explica sobre a maneira com que os cafeicultores organizaram-se politicamente para controlar o Estado e colocá-lo a seu serviço e cita como exemplo as medidas econômicas tomadas no período do governo de Campos Sales(1898-1902), que era cafeicultor. Medidas essas que tinham como prioridade a política de valorização do café e que refletiam plenamente o pensamento das oligarquias dominantes.

Nesse período o preço do café e da borracha vinha caindo, o valor conseguido nas exportações tiveram grande baixa. Na tabela a seguir pode-se notar que embora o número em sacas exportadas tivesse aumentado, o preço da saca diminuiu. Com a borracha acontecia o contrário, o preço da tonelada subia, mas a quantidade exportada caía bruscamente em consequência do aumento da concorrência dos países asiáticos.

Exportações Café

Ano	Sacas	Valor em libras
1895	6,72 milhões	22 milhões
1896	6,74 milhões	19 milhões
1897	9,4 milhões	16 milhões
1898	9,2 milhões	13 milhões

Borracha

Ano	Toneladas	Valor em libras
1895	27,7 mil	5 milhões
1896	24,3 mil	3,7 milhões
1897	21,6 mil	4,2 milhões
1898	21,2 mil	5,3 milhões

A situação econômica brasileira não caminhava bem, no entanto o governo de Campos Sales não admitia que todos os problemas eram decorrentes do modelo de

exportação agrária praticado na época. Acusava como causa da crise fatores como a dívida externa, a inflação e outros déficits do governo.

Criou-se então uma política de atacar as consequências dos problemas e não as causas, explica Vicentino et al. (2002). A fragilidade econômica era a causa de tudo, pois um país que depende de um único produto de exportação, não tem grande segurança econômica. Sendo assim, quando a produção cresceu mais que exportação e que o consumo interno, a situação tornou-se insustentável.

Por volta de 1905, preocupado com os rumos que tomaria a cafeicultura, o governo de São Paulo propôs ao governo Federal, então Rodrigues Alves, um plano para valorizar o café. Plano este que foi recusado pelo Presidente, pois achava que o estado não deveria interferir assim na economia. Então, diante desta recusa, os governos de Minas Gerais, São Paulo e do Rio de Janeiro, criaram em 1906 o chamado Convênio de Taubaté e introduziram a política de valorização que em resumo nada mais era que a compra do café excedente pelo governo equilibrando assim o preço e formando um estoque que poderia ser lançado no mercado toda vez que a produção se reduzisse. O governo garantiria também um preço mínimo para a saca de café, Teixeira et al. (1989).

E para isso foi necessário fazer-se um empréstimo externo de 15 milhões de libras. Em 1907, atual Presidente Afonso Pena tomou o encargo federal esse plano que antes era coordenado pelos estados que mais produziam café, atendendo à chamada política do café-com-leite que tinha por único objetivo manter no governo aliados da política de protecionismo da cafeicultura.

A curto e médio prazo essa medida foi extraordinária para os cafeicultores que só tinham a ganhar. A moeda poderia estar desvalorizada que não teriam com o que se preocuparem. Para proteger os cafeicultores por diversas vezes o governo emitiu moeda sem lastro, a dívida externa crescia, pois de 1906 a 1929 todo o excedente de café que foi comprado pelo governo era de dinheiro oriundo de empréstimos.

Nesse período estima-se que só para esse fim o Brasil tenha tomado emprestado algo em torno de 48 milhões de libras e a quantidade de café estocado ia aumentando potencialmente a cada ano, Teixeira et al., (1989). Fácil de perceber que o investimento em lavouras tornava-se tentador, pois com preço garantido e mercado certo, a cafeicultura

tornava-se um novo ciclo de ouro tornando-se impossível controlar a superprodução cafeeira.

No decorrer da primeira guerra mundial (1914-1918), o mercado interno desorganizou-se, dificultando as exportações de café e acentuou a queda de preços. Porém, mais uma vez o governo usou de medidas que valorizavam a produção e estimulava ainda mais a se abrir mais áreas para implantação de novas lavouras, Teixeira et al. (1989). Por volta de 1925 a crise se mostrava eminente, os principais estados produtores de café exigiam novas medidas de proteção. O governo paulista criou o chamado Instituto Paulista de Defesa do Café e negociava empréstimos para novos empreendimentos e mais estoques.

Porém todos esses esforços foram por terra. Quando o mercado internacional foi duramente atingido pela crise econômica mundial que teve seu início com a crise norte americana, todas as economias do mundo se desequilibraram, pois dependiam basicamente da economia americana, conforme Teixeira et al. (1989), e nada mais pode ser feito. A sustentação da cafeicultura tornou-se impraticável. O governo de Washington Luís decidiu não conceder mais recursos para proteger o preço do café.

A crise cafeeira tornou-se ainda mais delicada porque era a vez de Minas Gerais “fazer o presidente” de acordo com esquema que já era tradicional na política do café-com-leite. No entanto, a oligarquia paulista decidiu indicar também seu candidato à sucessão presidencial. Deu-se então o rompimento das duas grandes oligarquias formando novas lideranças políticas, Teixeira et al. (1989).

4.3.3 O início da Era Vargas

O partido formado por Minas gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, a Aliança Liberal, que lançaram a chapa Getúlio Vargas e João Pessoa foi derrotada pela candidatura de Júlio Prestes, então apoiado por Washington Luís. Esse fracasso nas urnas em 1930 só fez aumentar as frustrações políticas e a revolta dos aliancistas no país. Em três de outubro de 1930, liderados por Getúlio Vargas o movimento foi se espalhando por todo o país. Percebendo a impossibilidade de resistir, os ministros militares de Washington Luís formaram a chamada Junta Militar e entregaram o poder a Getúlio Vargas, que em três de

novembro assumiu o governo provisório, Vicentino et al. (2002). Portanto, encerrou-se nesse período o domínio das oligarquias. Chegava ao fim a República Velha.

A crise de 1929 fez desmoronar a estrutura sobre a qual o Brasil tinha erigido sua economia. As exportações caíram de forma irrecuperáveis, como é tradicional em países que recebem investimentos de capital estrangeiro, a crise provocou violenta pressão sobre o câmbio, fazendo com que as empresas estrangeiras transferissem seus recursos para outras sedes. A consequência dessa atitude foi o completo esgotamento das reservas em moedas fortes do Brasil que teve que tomar atitudes essenciais para manter funcionando a economia brasileira. Uma das primeiras providências do governo revolucionário foi impor um controle total sobre o câmbio, através da monopolização, exercendo o controle absoluto sobre o comércio exterior, segundo Caldeira (1997).

As duras consequências da famosa crise de 1929, na realidade já tiveram início em 1920 quando a safra brasileira era de 22 milhões de sacas e o consumo mundial era de 21 milhões. Os países que compravam 84% da produção brasileira diminuíram bastante essa percentagem, pois se encontravam irritados com o Brasil pela péssima fama de exportador. E isso era devido ao fato de que se misturavam pedras, terra e gravetos para aumentar o peso das sacas. E quando se deu a queda da Bolsa de Valores, a situação que já não estava confortável, se tornou pior ainda, segundo Meirelles (2006).

A situação dos cafeicultores era de total desalento, não era apenas uma crise passageira. O vultoso volume de sacas acumuladas se tornaria um problema nacional no ano seguinte (1931), de acordo com Prado Júnior (1994). Tentou-se de tudo para dar outro destino às sacas armazenadas, como transformá-las em adubo ou combustível para as locomotivas. Houve alguma esperança quando se soube que poderia transformar o café em plástico, as pesquisas dos laboratórios eram promissoras e já tinham até um nome para o produto: cafelite. Porém a dificuldade para a produção impediu qualquer trabalho frutuoso nesse sentido, afirma Caldeira (1997).

Decidiu-se então que o café armazenado teria que ser destruído, pois o armazenamento se tornara impraticável. Estima-se que de 1931 até 1944, nas vésperas da segunda guerra já se tinha incinerado ou lançados ao mar cerca oitenta milhões de sacas de café, o que equivale a quatro milhões e oitocentas mil toneladas, Segundo Prado Júnior (1994). Essa quantidade descartada na época era algo vultoso. E mesmo hoje, cerca de oito

décadas depois, abasteceria cerca de 65% do consumo mundial, se comparado com o consumo estimado em 2007, que foi de 120 milhões de sacas, segundo a Associação Brasileira da Indústria do Café (2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância econômica do café na história do Brasil a partir do século XIX. Essa importância certamente não era só econômica, pois o papel político desempenhado pela cultura do café era algo assombroso. No período do ciclo do açúcar e do ciclo do ouro também se usava a mesma política econômica de atender interesses de poderosos, porém no caso do café o cenário foi mais duradouro. Implicou uma intervenção política que aparentemente era salvadora, porém acarretou problemas perceptíveis ainda hoje.

A prática de uma política econômica que só visava se manter aliados no poder político, fazendo empréstimos externos sem preocupação alguma com o futuro. Naquela época praticavam-se outras culturas, o comércio se expandiu, houve grande desenvolvimento do país em todos os setores, como as estradas de ferro, a zona portuária, entre outros, e todo esse desenvolvimento era devido ao café. Mas se houve esse desenvolvimento foi apenas uma consequência espontânea, pois os governantes mal paravam para pensar no desenvolvimento de outros setores.

E toda essa estrutura política formada em torno da cafeicultura permitia grande lucratividade para o estado, no entanto como havia dedicação exclusiva para a produção exportadora, as importações também cresciam muito. Os grandes produtores, ricos barões e coronéis, gastavam com louvor em produtos vindos da Europa desde a louça doméstica a roupas e perfumes. Obviamente não se interessariam na produção nacional, pois o status lhes permitia essas extravagâncias.

E esse tipo de comportamento do governo de priorizar apenas a exportação do café, não contribuiu nem um pouco com para criar uma reserva de caixa para o equilíbrio da balança comercial.

Como se pode perceber no fim da República Velha, bastou a crise norte americana ter início para que a economia brasileira viesse abaixo. E isso demonstra o quão frágil era a economia brasileira. E ainda nos dias atuais, mesmo com o preço da saca de café tão aquém do que desejaria o produtor, se acontecer algo parecido como a depressão de 1929 ou até mesmo mudanças climáticas que interferissem radicalmente nas lavouras, certamente toda a

economia brasileira seria afetada. Essa situação deixa portas abertas para se prosseguir numa discussão, tendo o café como pauta principal, podendo-se ainda valer de um velho jargão: ruim com ele, pior sem ele.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Jorge et al.. **Viagem pela História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras,1997. 365 p.

FILETTO, Ferdinando; ALENCAR, Edgard. **“Introdução e expansão do café na região Sul de Minas Gerais”**. Revista de administração da UFLA . Vol . 3 , n.º I, jan-jun,2001.

GALETI, Paulo Anestar. **Pelos Caminhos do Café**. Campinas: CATI, 2004.

GRINBERG, Lúcia; OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. 1ª ed.Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. 151p.

MEIRELLES, Domingos. **1930, Os Órfãos da Revolução**. São Paulo: Record, 2006.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **História do Banco do Brasil**. Revista comemorativa 180 anos do Banco do Brasil S.A. Outubro,1988. 62 p.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil: 1º grau: 2, Brasil Independente**. São Paulo: Saraiva, 1985.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)**. São Paulo: Edusc/Funalfa, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 41.ªed. São Paulo: Brasiliense,1994.364 p.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; TOTINI, Maria Elizabete. **História Econômica e Administrativa do Brasil**. São Paulo: Ática; 1989. 288 p.

VASCONCELOS, Agripa. **Ouro verde e gado negro**. Belo Horizonte: SESC, 2003. 356p.

VICENTINO, Cláudio et al. **Livro-texto História**. São Paulo: Anglo, 2002. 440 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ, Disponível em <<http://www.abic.com.br/estatisticas.html#intro>>. Acesso em 25 mai.2008.